

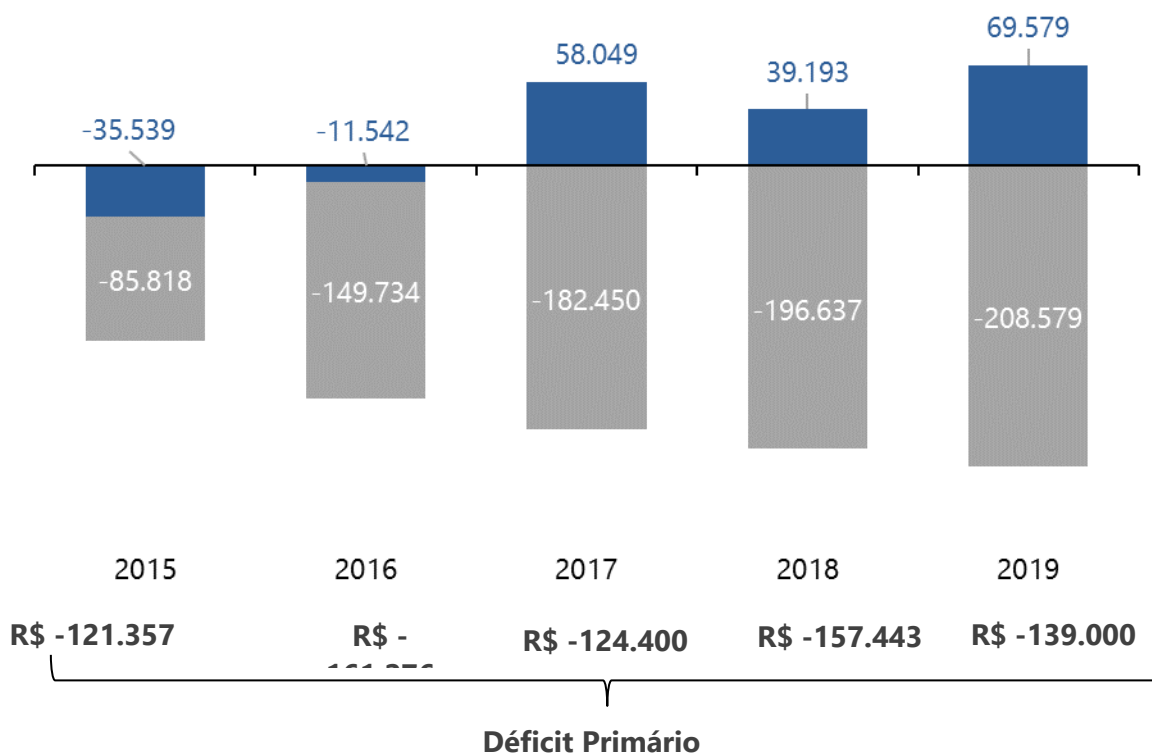
Propostas para um novo ciclo de desenvolvimento capixaba

Com o intuito de mapear ações de curto e médio prazo necessárias a retomada sustentável do desenvolvimento econômico capixaba, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) lançou, no dia 20 de setembro de 2018, a Agenda da Indústria Capixaba, composta por um conjunto de 56 propostas que têm como pilares fundamentais o aumento da produtividade, a melhoria do ambiente de negócios e a ampliação da atratividade dos investimentos.

Vale ressaltar que o desenvolvimento econômico de qualquer unidade da federação está intrinsecamente ligado ao desempenho da economia nacional, não sendo possível, portanto, dissociá-lo dos desdobramentos da pior crise econômica da história do país, registrada entre 3º trimestre de 2014 e o 1º de 2017, quando a economia brasileira acumulou queda de 8,3%. Não menos importante, é preciso ter em mente que, em um país com previsão de déficit primário em torno de 150 bilhões, ao final de 2018, e sob a égide a EC nº 95/2019, conhecida como teto do gasto, torna-se difícil discutir de forma isolada as propostas da indústria capixaba sem considerar a crise fiscal que, reconhecidamente, assola o país.

**Grafico 1. Resultado Primário por Componente. Em R\$ milhões.
Acumulado no ano – 2015, 2016 e 2017. Meta 2018 e 2019**

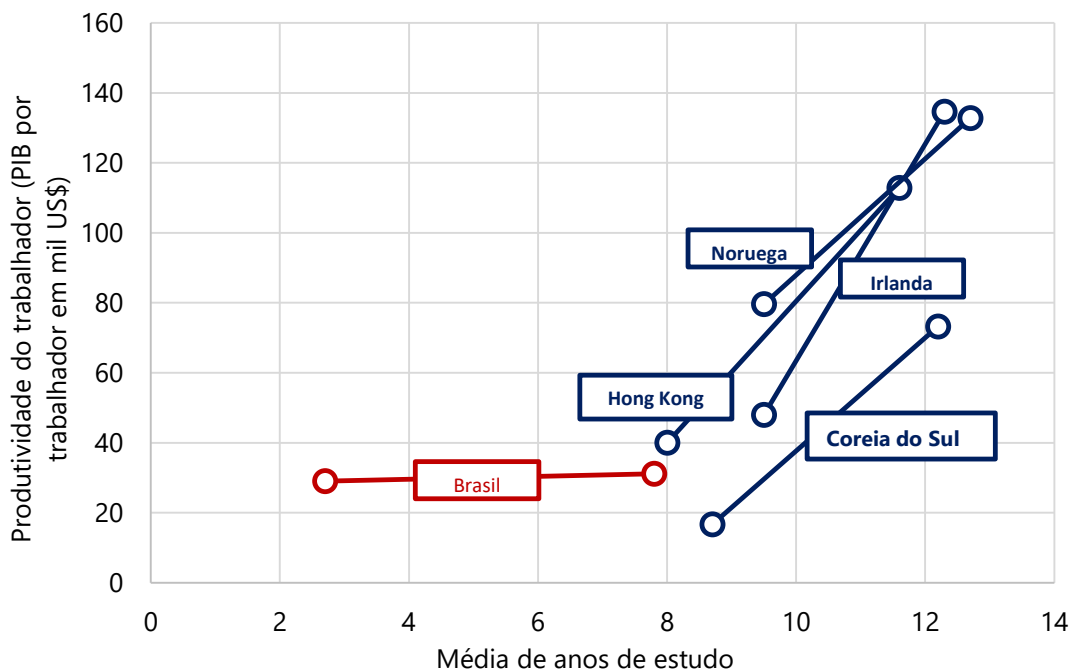
Tesouro Nacional + Bacen



Nesse sentido, não basta reforçar a imperativa necessidade das chamadas reformas estruturantes, como a previdenciária e a tributária. É preciso lançar luz ao papel do Estado na economia ao discutir tanto a eficiência do gasto público quanto as opções para a melhor alocação das despesas nas três esferas de governo - federal, estadual e municipal -, que, em conjunto com as óbvias prioridades nas áreas de educação, saúde e segurança, são urgentes e indissociáveis ao desenvolvimento econômico nacional e, conseqüentemente, ao desempenho econômico do estado capixaba. Assim, a Agenda da Indústria Capixaba se propõe a debater, democraticamente, algumas possíveis alternativas para superar boa parte dos diversos obstáculos existentes ao desenvolvimento econômico capixaba.

Entre as possíveis formas de crescer, a mais saudável e almejada é a via ganhos de produtividade. Quando o assunto é educação, há um forte consenso de que a melhoria do sistema educacional, além do seu papel direto na redução da desigualdade de oportunidades, é, no longo prazo, um importante indutor do aumento da produtividade do trabalho. Como exemplo, pode-se citar as experiências da Noruega, da Irlanda, de Hong Kong e da Coreia do Sul que, entre 1980 e 2010, para cada ano adicional na escolaridade média da população, a produtividade aumentou, em média, 15 mil dólares. É sob essa perspectiva que a Agenda da Indústria Capixaba enfatiza a importância da manutenção e ampliação do modelo "Escola Viva". Como exemplo a ser saudado, funcionou, ao longo de 2018, uma parceria entre este modelo e o Senai decorrente da reforma do ensino médio. Assim, a "Escola Viva" incorporou o novo itinerário de formação técnica e profissional, passando a ocupar um espaço de destaque na política educacional do estado.

Gráfico 2. Produtividade do trabalhador vs anos de estudo – 1980-2015



Fonte: Human Development Reports, 2015.
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

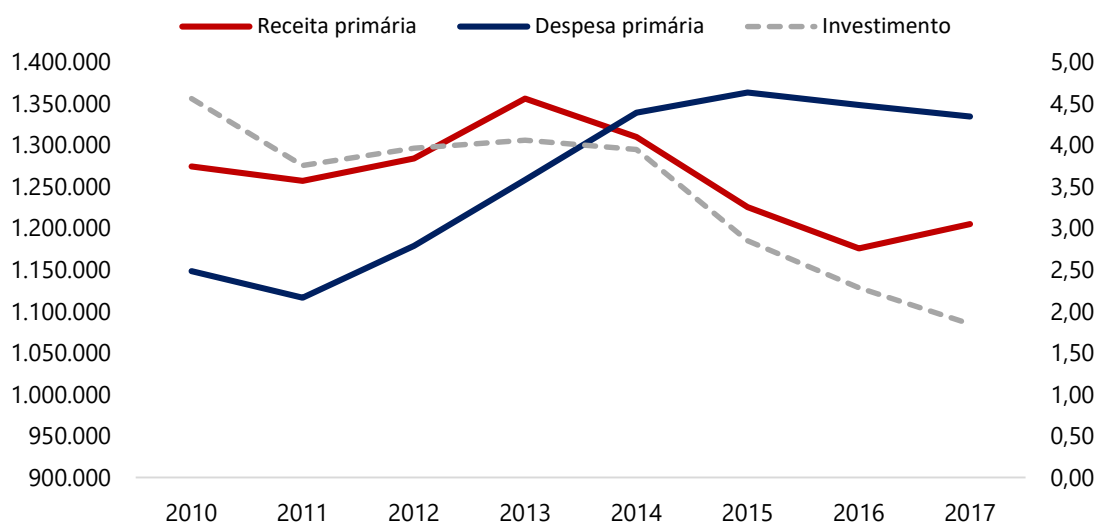
Para além da educação, a produtividade responde positivamente à capacidade de inovar. Um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico exige um bom desempenho do estado como

coordenador de um sistema estadual de inovação, proporcionando as condições e os instrumentos de apoio necessários ao surgimento de uma plataforma estadual de novas tecnologias. Nesta linha, é extremamente salutar a iniciativa de se criar a 'Mobilização Capixaba pela Inovação', ação que visa organizar o ecossistema de inovação do Espírito Santo por meio do alinhamento das atuações de promoção de inovação. Outra medida de destaque é o Fundo Capixaba para Inovação que, com a cifra de R\$ 80 milhões, será capaz de apoiar projetos empreendedores, alterando, conseqüentemente, a rota do desenvolvimento estratégico do estado.

Uma via importante ao aumento de produtividade é a infraestrutura logística, que tem papel crucial na atração de investimentos. É sabido que este não é um problema restrito ao território capixaba; muito pelo contrário, trata-se de um problema nacional, no qual a inadequação e/ou o sucateamento da infraestrutura não poupa a maior parte dos estados da federação. No caso específico do Espírito Santo, esse assunto deve ser discutido em conjunto com o fim, pré-estabelecido, dos incentivos fiscais para todos os setores da economia, em particular, para o setor atacadista, parte essencial do sistema logístico local. Em outras palavras, sem que ocorram investimentos em infraestrutura, a potencial vocação logística do estado não se sustentará no médio prazo, dificultando o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

É evidente que a melhoria da infraestrutura passa necessariamente pelo aumento do investimento. O problema reside no fato de que a crise fiscal, que atinge os três níveis de governo, associada ao teto de gastos torna qualquer investimento via orçamento público praticamente inviável. Nos últimos quatro anos, presenciou-se a queda na arrecadação e crescimento proporcional do comprometimento fiscal com as despesas de manutenção da máquina pública (pessoal e custeio), produzindo sucessivos déficits primários bilionários. A consequência, óbvia, foi o estrangulamento do nível de investimentos públicos.

Gráfico 3. Receita primária total (em milhões R\$) e investimento do setor público (% PIB) - Brasil



Neste contexto a destinação de recursos públicos, com a participação da iniciativa privada, se torna crucial ao desenvolvimento de um sistema logístico eficiente, caracterizado pela integração entre os mercados e pela qualidade da infraestrutura de transportes e logística de cargas, reduzindo, assim, o custo logístico e elevando a competitividade. A melhoria da infraestrutura no estado passa, certamente, pela duplicação das rodovias federais BR-101 e BR-262; pela ampliação do sistema portuário, como a expansão do Porto de Barra do Riacho via concessão; pela implantação do Porto da Imetame para criação de terminais que atendam as demandas do Norte do Estado; e pela entrada em operação do Porto Central. A integração dos modais deve ser promovida por meio da construção do Ramal Sul da Estrada de Ferro Vitória a Minas, no trecho de Vitória ao Porto do Açú. Em relação à mobilidade urbana e à redução do tempo de deslocamento dentro da RMGV é necessária a implantação do Contorno do Mestre Álvaro, no município de Serra. Já em relação à mobilidade interestadual, a conclusão da obra de ampliação da pista do aeroporto de Linhares (que está em andamento) e a implantação de um terminal de passageiros adequado para este importante município são fundamentais, uma vez que concentra os principais investimentos da região Norte do Estado.

Tão importante quanto debater infraestrutura logística é dar a devida atenção à infraestrutura básica, em especial, ao saneamento básico. Segundo o Instituto Trata Brasil, apenas pouco mais da metade (51,01%) da população capixaba tem coleta de esgoto. Isso ocorre apesar da valiosíssima informação, dada pelo mesmo instituto, de que a cada 1 real investido em saneamento são gerados 4 reais de economia em saúde. Neste contexto, destaca-se a importância da coordenação entre o setor público e o setor privado com o objetivo de universalizar o acesso ao esgoto. Iniciativas recentes da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) objetivam o desenvolvimento deste setor chave como o caso da Parceria Público-Privada (PPP) no município de Serra, iniciada em 2015, que prevê investimento de 628 milhões de reais por um prazo de 30 anos de concessão, com o objetivo de universalizar a rede até 2023. Nesta mesma linha, em 2017, a CESAN deu início à PPP de Vila Velha, com investimento previsto de 1,4 bilhão de reais e prazo de universalização para 2028.

Dessa forma, o aumento do investimento em infraestrutura passa, necessariamente, pelo aumento da participação da iniciativa privada, cabendo à gestão pública propor Parcerias Público Privadas (PPPs) e/ou concessões como alternativa ao retorno dos investimentos em infraestrutura. Essa parceria entre setor público e privado tem se mostrado viável em países emergentes, como alternativa a baixa capacidade de investimento público. No Brasil, um bom exemplo é o caso dos projetos de iluminação pública que, em alguns municípios, utilizam as PPPs como forma de manter um serviço público de qualidade e em expansão, com o BNDES atuando no auxílio a essas prefeituras. No Estado do Espírito Santo, um caso de destaque é o caso do município de Vila Velha, que buscou financiamento privado para sanar os problemas do seu parque de iluminação.

Na esteira da melhoria e ampliação da infraestrutura como um todo, é preciso atentar-se para a questão do gás natural, uma vez que o Espírito Santo é um dos principais produtores deste importante insumo tanto para as famílias quanto para as indústrias. Neste assunto, dada a

proximidade da produção e, conseqüentemente, do transporte deste produto, é difícil entender o que justifica o preço do gás natural ser mais elevado no Espírito Santo que em outros estados. Assim, o projeto Gás para Crescer aponta, corretamente, para a melhoria do acesso à infraestrutura de transporte, além dos inegáveis benefícios decorrentes da quebra do monopólio da Petrobrás. Em paralelo, a nova concessão de distribuição de gás natural no Espírito Santo propõe um modelo mais próximo às melhores práticas de mercado (PL de criação da ES Gás), proporcionando aos consumidores do estado um ambiente de comercialização com preços compatíveis com o cenário nacional. Contudo, é preciso ficar atento para que a regulação estadual fique cada vez mais transparente no que se refere aos planos de investimentos futuros da nova concessionária, bem como da precificação desse importante insumo. Esse novo cenário permitirá a atração de plantas industriais intensivas em gás natural e o Estado do Espírito Santo desfrutará, enfim, das vantagens competitivas resultantes da proximidade entre as reservas e o consumo.

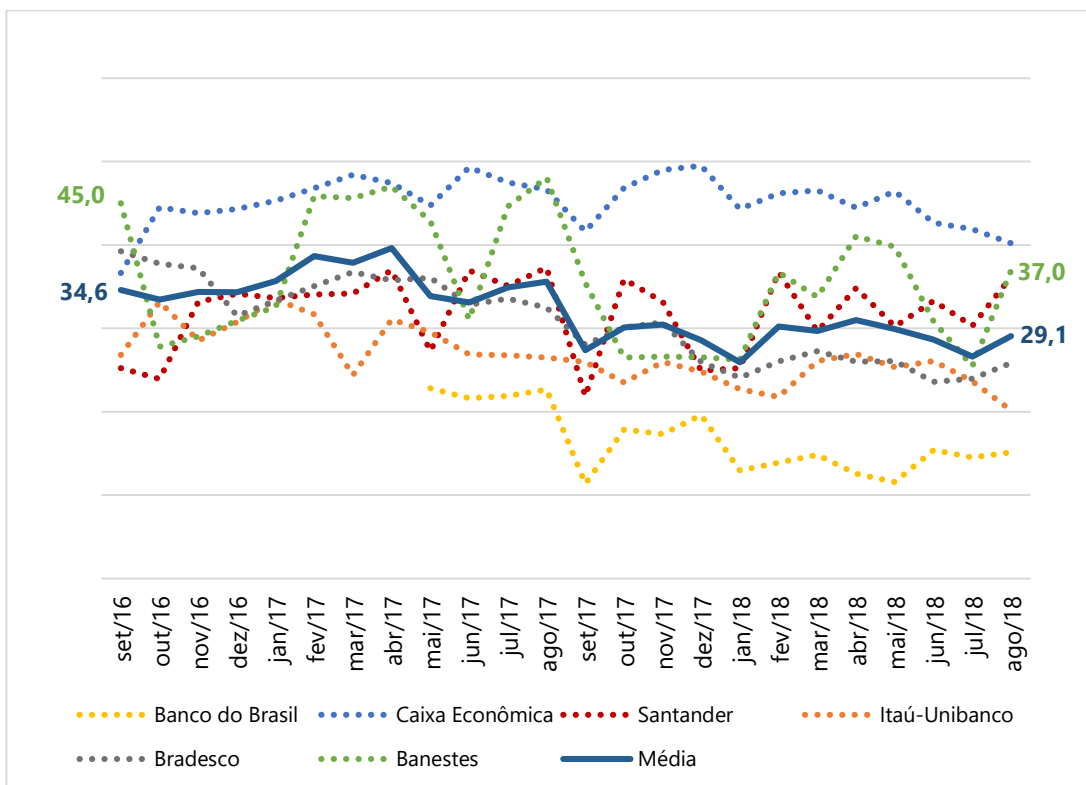
Outro fator a impactar o ambiente de negócios e, por conseqüência, a produtividade das empresas são as condições para se acessar o crédito. O sistema financeiro, em especial no Espírito Santo, é composto tanto por bancos privados como por bancos públicos. Idealmente, os últimos têm dois papéis distintos e bem definidos no mercado de crédito. O primeiro, e mais clássico, consiste no papel dos bancos de fomento cuja principal função é o financiamento de setores com alto risco e elevado retorno ao bem-estar social, como é o caso dos bancos de desenvolvimento que atuam para mitigar eventuais falhas de mercado, provendo recursos para os setores mais arriscados. O segundo, e muito menos consensual, é a criação e existência de um banco público comercial, cuja função é prover liquidez (oferta de crédito) seja para suprir uma eventual falha de mercado na provisão deste crédito de curto prazo, seja para reduzir a concentração bancária existente em um dado mercado.

O banco comercial público existente no Espírito Santo é o Banestes, controlado pelo Governo do Estado, que tem como visão ser o melhor banco de varejo do estado. É notório que a excelente reestruturação construída nos últimos 15 anos devolveu resultados positivos aos acionistas e projetou o banco para alguma condição de competitividade local, baseada na sua capilaridade, contra os grandes atores nacionais do setor. Não se deve perder de vista, no entanto, que a questão da governança é central para o desempenho do banco e que, se hoje a instituição é um bom exemplo neste quesito, essa não era a realidade pouco tempo atrás. Pela sua característica de altíssima concentração acionária nas mãos do Governo do Estado, tem-se, permanentemente, o risco de alguma ingerência política ou escolhas de más gestões administrativas que minem a governança e a gestão financeira do Banestes.

Neste contexto, uma maneira de se evitar problemas na indicação dos cargos comissionados do Banestes é a implementação de algum critério meritocrático para estas funções. São duas as sugestões para tal. A primeira seria realizar um processo nos moldes da indicação de diretores de agências reguladoras federais, quando os postulantes ao cargo são sabatinados pelo Congresso. Ainda que o problema de uma indicação exclusivamente política não seja totalmente afastado, ao menos é garantida a credibilidade técnica ao indicado. A segunda sugestão é a adoção de um sistema de contratações semelhante ao modelo chileno, em que é realizada uma parceria com alguma empresa, especialista em recrutamento, para conduzir o processo de seleção para os cargos públicos comissionados.

A questão sobre a política creditícia praticada pelo Banestes também é passível de análise. Observando o cenário macroeconômico, em que as taxas de juros podem se situar em níveis mais baixos do que num passado recente, o Banestes não parece acompanhar esta tendência, não contribuindo para a redução da taxa média de juros de curto prazo, papel esperado de um banco público.

Gráfico 4. Taxas médias de juros (% a.a.), por instituição* - Pessoa Jurídica - Capital de giro com prazo até 365 dias



*Taxa considerada: taxa média semanal a partir do primeiro dia útil do mês

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Ideies/Sistema Findes

Outro ponto de destaque, são as chamadas fintechs, que apresentam um potencial de concorrência não desprezível para o setor bancário. Resoluções recentes do Banco Central incentivam o surgimento e a regulamentação de fintechs de crédito, dando-lhes mais segurança jurídica e credibilidade (Resolução n. 4.656/2018), além da segmentação da regulação prudencial que incentiva o surgimento de novos players de menor porte no setor (Resolução nº 4.553/2017). Esse potencial crescimento da competição no setor, resultante, em parte, da eliminação das barreiras geográficas de acesso aos serviços, pode se revelar um grande empecilho a capacidade de competir do banco.

Quanto ao financiamento de atividade de longo prazo, o sistema financeiro capixaba conta com um banco de desenvolvimento público. O papel de instituições como o Bandes é financiar atividades com elevado risco, mas que tenham um retorno potencial elevado para a sociedade. Entre os setores com

tais características destacam-se o de infraestrutura – e que, portanto, tendem a melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos – e o da indústria, em especial a manufatureira, pela sua capacidade de gerar inovações. Estas inovações, dadas as externalidades positivas, impactam positivamente a produtividade dos demais setores melhorando, assim, o nível de produção no Estado.

Vale ressaltar que dada a multiplicidade de atores que compõem a economia no Espírito Santo, percebe-se que os gargalos não estão na ausência de instituições desenhadas para o desempenho de alguma função específica, mas sim na falta de coordenação e na clara delimitação destas funções. Um exemplo é o caso da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes) que, a princípio, tem disputado o espaço de atuação com o Sebrae, qual seja, na capacitação e fomento das micro e pequenas empresas.

Sabendo da importância de um ambiente de negócios mais eficiente, transparente e com menos burocracia, a Findes apoia o Simplifica-ES, que integra os principais órgãos anuentes responsáveis pela abertura, pela legalização e pelo fechamento de sociedades empresárias em uma única plataforma digital, eliminando duplicidades de documentação e custos desnecessários para os empreendedores. Com o intuito de ampliar seu escopo, o programa pretende incluir órgãos que forneçam licenciamentos ambiental e sanitário e a renovação de alvarás. Ações como estas, de simplificação e de desburocratização, tornam o Espírito Santo mais competitivo e mais atraentes às iniciativas privadas.

A Findes ao apresentar este conjunto de propostas para o desenvolvimento socioeconômico e industrial do Espírito Santo, algumas delas destacadas acima, cumpriu o seu papel como um dos atores importantes na proposição de novas estratégias para o desenvolvimento do estado. Em outros termos, a Agenda da Indústria Capixaba para os Poderes Executivo e Legislativo 2018 busca contribuir para o debate fundamental, qual seja, o aumento do bem-estar da sociedade capixaba. O documento completo pode ser acessado no site da federação, endereço www.sistemafindes.org.br.